REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

CARTA DE CURITIBA
Dias 19 e 20 de Maio de 2011.

Os Secretários de Estado da Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, reunidos em Curitiba no decorrer da Reunião Extraordinária do egrégio CONSEJ, realizada nos dias 19 e 20 de maio de 2011, após discussões concernentes aos Problemas afetos às Pastas respectivas, relacionados à Questão Prisional, em particular os relacionados ao Monitoramento de Presos; Arquitetura Prisional e Verbas do FUNPEN vêm a público para externar as seguintes conclusões e deliberações:

1. Apoiar a implantação gradativa, nas Unidades Federadas, do Monitoramento Eletrônico, nos termos da legislação específica; Os Secretários dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul, Paraná e Paraíba, ficaram responsáveis pelo acompanhamento dos projetos de monitoramento eletrônico dos presos.

1.1. Decidiu-se pelo aguardo do relatório da Comissão.

2. Propor ao Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN a reformulação dos projetos para construção de unidades penais de pequeno, médio e grande porte, separando a parte administrativa da parte relacionada à custódia propriamente dita, de sorte a que os repasses a serem efetuados via FUNPEN sejam direcionados a esta última (custódia), arcando os Estados com a responsabilidade das partes administrativas, aumentando as contrapartidas aos Convênios e possibilitando redução substancial dos custos;

3. Atualização dos dados do INFOPEN. Até o dia 12 de junho de 2011, todos os Estados devem atualizar os dados no Sistema deve ser escolhido um Secretário-Relator no CONSEJ, para que acompanhe as atualizações. 1.1) a Representante do Estado de Alagoas, Dra. Mônica Santos de Albuquerque, foi escolhida como Relatora e recebeu a incumbência de mapear a situação dos relatórios estaduais apresentados ao INFOPEN, devendo levar o resultado na próxima Reunião do CONSEJ.

4. Em relação ao descontingenciamento dos recursos do Fundo Nacional o Presidente do Conselho deverá agendar junto à Ministra do Planejamento, uma reunião com a presença da Sub-Procuradora Geral da República, Dra. Gilda Pereira de Carvalho e de um representante do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

5. Pertinente a Arquitetura Penitenciária, as Secretarias de Justiça dos Estados de Goiás, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul, ficaram responsáveis pelo Projeto de Arquitetura, sendo que o Dr. Edilson de Brito, Representante da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal, foi designado como Relator, que deverá apresentar um modelo de projeto na próxima Reunião do Conselho.

6. No que atine a Gestão de Pessoas as Secretarias dos Estados do Amazonas, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Roraima e Pará ficaram responsáveis por verificar modelos de terceirização, tendo o Secretário de Estado do Amazonas, sido escolhido como Relator do grupo.

7. Bloqueio de celulares: A Representante do Ministério Público Federal Dra. Gilda Pereira de Carvalho afirmou que vai consultar a ANATEL a respeito.

8. Finalmente foi decido que a próxima Reunião será sediada em Brasília, no decorrer do mês de junho.

Curitiba, 19 e 20 de maio de 2011.

CARLOS LELIO LAURIA FERREIRA
Presidente do CONSEJ.